

**ASLANOV, CYRIL. A TRADUÇÃO COMO MANIPULAÇÃO. SÃO PAULO: PERSPECTIVA: CASA GUILHERME DE ALMEIDA. 2015, 112 p.**

Mariane Oliveira Caetano  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

O ato de traduzir instiga discussões desde os primórdios da história. Ao longo desse tempo, questões concernentes à fidelidade, literalidade, liberdade e ofício do tradutor são constantemente e incansavelmente analisadas. Contudo, a partir do *Cultural turn*, novas perspectivas foram trazidas para o campo dos Estudos da Tradução e essas abordam desde a identidade do tradutor, as influências sociais, políticas, ideológicas e culturais no/do processo tradutório, até o caráter manipulador do texto traduzido.

À vista disso, considerando as tendências pós-modernas dentro dos Estudos da Tradução, o livro *A tradução como manipulação*, do professor israelense Cyril Aslanov, publicado em 2015 pela Editora Perspectiva, busca promover a reflexão quanto ao processo tradutório especificamente no que diz respeito ao seu caráter manipulador. A partir de exemplos que vão desde as primeiras traduções da Bíblia até traduções modernas – como as traduções automáticas –, abrangendo a tradução escrita e a interpretação simultânea, o autor procura explicar que até mesmo a tradução mais literal abre brechas para que o tradutor, de acordo com suas intenções, manipule o texto traduzido. De acordo com Aslanov, essa manipulação é inevitável, pois, como explica, ao citar a *República* de Platão, “a mentira é parte constitutiva da atividade poética” (p. 11). Sendo o tradutor também um poeta, não só de textos literários, mas um poeta-criador que realiza um trabalho de esmero com as palavras, este utiliza recursos que, por vezes, adulteram o texto, tanto o escrito quanto o oral. De fato, tal manipulação é motivada por diferentes fatores que são explicados minuciosamente ao longo da obra.

Reunindo discussões resultantes do curso “A tradução como manipulação”, ministrado no Brasil em 2010, o professor Aslanov, conhecedor de várias línguas, redigiu o texto em português, o qual possui 108 páginas e é dividido em cinco capítulos: “Falsificação voluntária ou involuntária”, “A manipulação do estatuto do texto traduzido”, “A tradução como bajulação”, “A manipulação na interpretação simultânea” e “Conclusão”.

Ao iniciar o texto tratando da “Falsificação voluntária ou involuntária”, Aslanov recorre a alguns exemplos de traduções bíblicas. No início do capítulo, o autor aborda a *Septuaginta* – a versão dos setenta – que se trata da tradução do Pentateuco, e explica que este, por conter caráter jurídico ao tratar de leis e da conduta judaico cristã, foi traduzido de forma mais literal. Em contrapartida, os livros proféticos, por tratarem da vinda messiânica e, dessa maneira, se configurarem em textos que fundamentariam o cristianismo, estes textos necessitavam de uma preocupação maior com a forma, o que garantia maior liberdade criativa ao tradutor e menos exigência quanto à literalidade.

Pode-se até perceber, de acordo com a explanação de Aslanov, que desde as primeiras traduções da Bíblia, já se formulava, mesmo que de forma inconsciente, escopos distintos de tradução para textos específicos, ou seja, a primeira tradução bíblica relatada – a *Septuaginta* – apresenta diferentes objetivos de tradução a depender de seu conteúdo. Dessa maneira, entende-se que ela se aproxima, em partes, do que viria a ser conhecido, a partir da década de 1980, como perspectiva funcionalista de tradução.

No primeiro subcapítulo, “Negligências benignas com efeito borboleta”, o professor israelense aborda termos traduzidos de forma equivocada na Bíblia, que se disseminaram e cristalizaram dogmas na cultura cristã. Mesmo refletindo sobre os objetivos distintos que tiveram os tradutores durante a tradução dos textos proféticos, o autor considera tais traduções equivocadas, as quais ele também conceitua como “lapso negligente e tendencioso” (p. 26), por se ampararem em questões socioculturais específicas da língua de chegada e que formaram parte dos fundamentos cristãos. Ao explicar que a virgindade de Maria, mãe de Jesus, foi algo possivelmente recriado pelos tradutores, o professor discute que isso ocorreu por acreditar-se que “o conceito de virgindade era considerado algo positivo no horizonte axiomático do judaísmo alexandrino” (p. 25). Em suma, Aslanov pontua que:

Foi a negligência na tradução (em relação ao ritmo ou à semântica do texto) a responsável pela cristalização de vários mitos cristãos, como a virgindade de Maria ou a pregação de João Batista no deserto. (p. 27)

Nesta perspectiva, acredita-se que Aslanov se mostra favorável à tradução de termos de forma mais literal. Mesmo considerando, em suas explanações, o contexto cultural do texto profético, no qual se subentendia que uma garota jovem poderia ser entendida como “moça virgem” ou “casadoura”, ao afirmar que a opção dos tradutores por traduzir *almãh* (palavra hebraica) como “virgem” no grego – ao invés de “garota” –, foi negligente e tendenciosa, o professor valoriza a literalidade do termo. Todavia, como conhecedor do grego, entende-se que o professor pecou em não realizar um paralelo com os versículos bíblicos que tratam do nascimento de Jesus e da virgindade de Maria nos Evangelhos do Novo Testamento, nos quais poderia analisar se foram respeitados padrões de tradução e se todos os trechos – que abordam a mesma temática – trazem termos que se relacionem entre si.

Em seguida, no segundo subcapítulo, “A autocensura como fator de deriva interpretativa”, o professor explica casos de traduções que tendem a censurar termos devido às ideologias correntes dentro da comunidade interpretativa ou até mesmo por se tratarem de assuntos tabus da sociedade – o que, aparentemente, também denota objetivos específicos de tradução. Partindo para o subcapítulo “Manipulações ditadas por considerações políticas”, Aslanov aborda questões de manipulação no sentido de debochar ou menosprezar determinada cultura ou religião em detrimento de outras.

Seguidamente, no quarto subcapítulo, “A tradução vítima de boicote”, é abordada a omissão, a ocultação ou a substituição intencional de excertos que se

referem a ideologias ou culturas não aceitas pelo público do texto de chegada. Aslanov afirma que o tradutor realiza tais omissões de forma consciente e intencional, modificando, por vezes, o que ele considera o sentido central da obra.

No quinto subcapítulo, “A tradução niveladora”, as traduções domesticadoras e estrangeirizadoras são tratadas como nivelamentos. De acordo com a aceitabilidade da língua e cultura de chegada, termos são nivelados ao grau doméstico e, por vezes, há a opção por não traduzi-los, mantendo-os estrangeirizados a fim de que distancie o novo público leitor da realidade designada pelo termo estrangeiro.

Nestes subcapítulo, assim como em outros pontos da obra, infere-se que o autor aborda estratégias de tradução que são amparadas pela perspectiva funcionalista, a qual não trata de “manipulação”, mas sim de objetivos específicos em um determinado encargo que considera público receptor, contexto, tempo, meio, dentre outros fatores.

Por fim, o capítulo se encerra com o subcapítulo “Traduções automáticas: a armadilha do Google Tradutor” no qual o autor aborda lacunas e formulações absurdas geradas pelas traduções automáticas que, de acordo com ele, jamais poderão alcançar os sentidos reais da língua, pois a tradução não se trata só de lista de palavras, mas sim da realidade empírica da língua, ou seja, o contato direto com ela e a percepção de seus usos.

Por se tratar de uma obra recente, Aslanov poderia, além disso, abordar as contribuições que são feitas ao Google Tradutor por pessoas ao redor do mundo, pois estas foram responsáveis pelo aperfeiçoamento da ferramenta que deixou de apresentar soluções estranhas. Todavia, ela continua sendo insuficiente para trabalhos de tradução e, como afirma o professor, jamais substituirá o profissional de tradução, pois uma máquina nunca compreenderá plenamente todas as complexidades sociais, históricas e culturais das línguas e as relações que podem ser feitas entre elas.

No segundo capítulo, “A manipulação do estatuto do texto traduzido”, o autor discute as motivações de textos originais que são apresentados como traduções e de traduções que são apresentadas como textos originais. Quanto à primeira situação, nos dois subcapítulos iniciais, o autor explica que a camuflagem da verdadeira origem da obra se dá por questões editoriais, por medo de censura e, também, por preocupações mercadológicas. Ao discutir tal fenômeno, Aslanov apresenta obras que se tornaram cânones de renome em determinadas culturas por se passarem por obras traduzidas, como *La Fille d’un héros de l’Union Soviétique* de Andrei Makine e *Candide* de Voltaire. Além disso, Aslanov explica que, por vezes, essa percepção de texto como tradução acontece independentemente da vontade do autor. Conforme Aslanov, isso ocorre quando o autor é estrangeiro e escreve em uma língua que não é a sua nativa, pois, ao redigir a obra, o escritor desenvolve um discurso com caráter cultural e ideológico correspondente à sua identidade de estrangeiro, o que faz parecer que se trata de uma tradução. Ao explicar essa perspectiva, o autor corrobora com as teorias pós-modernas de tradução ao perceber que a identidade sócio, histórico e cultural do autor/tradutor não se desprende dos textos; mas estão intimamente ligadas.

Quanto à segunda situação, no terceiro subcapítulo, “Traduções apresentadas de modo fraudulento como textos originais”, Aslanov explica que esse fenômeno ocorreu por muitas vezes até a sistematização do direito autoral, aplicada no início do século XVIII, com a lei da rainha Ana. Tais apropriações, explana o professor, eram – ou são – feitas de forma fraudulenta e desonesta pelo tradutor que busca apoderar-se da obra por fins de título ou até mesmo de lucro.

Referente à “Manipulação na identidade da língua-fonte ou da língua-alvo”, no quarto subcapítulo, Aslanov explica que existe a dissimulação por parte do tradutor quanto à língua da qual se traduz. Por vezes, traduções são feitas indiretamente a partir de outras traduções anteriores da obra, porém, afirma-se que se traduz da língua original – isso configura-se em manipulação da língua-fonte. Quanto à manipulação da língua-alvo, o autor explica que esse fenômeno ocorre quando há muito da língua-fonte no texto traduzido. Devido a questões linguísticas e/ou culturais, o tradutor, conforme Aslanov, é como “um viajante que, ao se despedir tristemente de um país, fixa o olhar na margem da qual está se afastando.” (p. 54) Isto que dizer que o tradutor não consegue se desprender do texto de partida e traz termos e excertos estrangeiros em demasia para sua tradução.

No subcapítulo que se segue, “A imitação poética: mais que uma tradução e menos que uma criação original”, Aslanov reflete sobre processos de tradução-imitação que não se tratam de traduções propriamente ditas, mas de textos inspirados em outros previamente escritos. De acordo com o autor, esse fenômeno não é desleal como são as apropriações desonestas de textos, mas configura-se em imitações criativas de obras estrangeiras. Semelhantemente, em “A promoção do texto mediante sua recriação em outra língua”, Aslanov discute o fazer tradutório como prática de recriação à determinada cultura, abordando o contexto francês das *belles infidèles* no qual acreditava-se na melhora do texto durante a tradução. No último subcapítulo, “A apropriação involuntária do texto pelo tradutor”, o professor israelense relaciona a discussão com o tópico anterior ao abordar textos traduzidos que se tornaram prestigiados e, até mesmo, mais renomados que as obras originais, como foram os casos da tradução de David Shabar para o francês por Madeleine Neige que, por produzir um texto ao modelo proustiano – pois este também era inspiração de Shabar – se tornou grande sucesso na França, sucesso que não obteve em sua língua de partida, o hebraico.

Ao discutir tal fenômeno, o professor critica “a inversão da hierarquia entre o original e tradução” (p. 65), afirmando que isso “oferece mais uma exemplificação do anti-intelectualismo dos pós-modernos” (p. 65), e, para exemplificar, trata da *Septuaginta* e sua supervalorização em detrimento do texto massorético. Aslanov explica que pelo fato da *Septuaginta* ser utilizada pelos padres na Igreja oriental, lhe foi investida maior autoridade, considerando-a texto inspirado, assim como divaga a lenda da “Carta de Aristeias”. Todavia, o autor critica tal postura e afirma que “na verdade, a *Bíblia* grega é um dos textos mais proteiformes e inapreensíveis da história da literatura.” (p. 66).

De fato, à medida que alguns teóricos pós-modernos defendem a inversão da pirâmide “original e tradução”, defendendo o texto traduzido como superior ao dito original, outros autores consagrados como Jacques Derrida não o fazem. Ao

propor uma relação de horizontalidade, o teórico defende que ambos – neste caso, texto de partida e texto de chegada – complementam um ao outro simultaneamente em um elo de interdependência e mutualidade. Partindo de uma visão desconstrutivista, esse movimento em defesa de uma horizontalização da relação de interdependência entre original e tradução coloca na berlinda uma perspectiva logocêntrica, na qual se recorrem às polaridades para estabelecer relações de poder.

Em “A tradução como bajulação”, Aslanov inicia a discussão explicando que a tradução de títulos tem a ver com estratégias de comercialização. De acordo com o autor, “além de ter um impacto fundamental sobre a comercialização da obra, a tradução do título pode condicionar a interpretação do livro ou do filme.” (p. 69) Dessa maneira, Aslanov explana as razões pelas quais determinados títulos são totalmente modificados quando traduzidos para outros idiomas e culturas. Conforme abordado ao longo do texto, essas modificações são referentes ao foco que o tradutor quer dar ao texto, à interpretação do texto como um todo, às relações políticas da cultura para qual se está traduzindo e, além disso, “os jogos com o título podem aparecer como uma deriva quase gratuita baseada na semelhança entre os significantes das duas línguas postas em contato pelo ato de tradução.” (p. 77)

Posteriormente, o autor aborda países eminentemente nacionalistas que não admitiam termos estrangeiros em sua língua e cultura. Todavia, conforme Aslanov, nos dias atuais, existem movimentos contrários ao nacionalismo linguístico. Através deste fenômeno, o autor discute a transparência e a opacidade de termos e afirma que, mesmo tendo o conteúdo traduzido para determinada língua e cultura, muitas vezes, ele continua opaco por se tratar de algo pouco inteligível para o público falante, ou seja, pelo fato do termo ou excerto se apresentar estrangeirizado, o leitor compreende parcialmente os conceitos, pois não se trata de algo que ele vivencia em sua cultura. Aslanov exemplifica tal fenômeno com o caso das traduções da Bíblia e da liturgia cristã para culturas específicas.

Neste ponto do livro, cabe a reflexão por parte do leitor e sujeito tradutor quanto às suas escolhas tradutórias. O Brasil, com seu caráter multicultural, possui grande aceitabilidade de obras, termos e culturas estrangeiras, o que, certamente, indica um grau de bajulação. Todavia, cabe o questionamento quanto à transparência e opacidade que tais elementos podem causar, ou seja, é importante que o tradutor considere a recepção de seu público ao definir suas estratégias de tradução.

Se nos capítulos precedentes o professor trata basicamente das traduções escritas, no último capítulo, “A manipulação na interpretação simultânea”, o professor israelense enfatiza o quão complexa é a tarefa da tradução simultânea por se tratar de algo instantâneo – a fala – que pode ser corrigida, mas que tem impactos imediatos em seus ouvintes. Aslanov explica que o tradutor tem o poder de influenciar negócios, causar contradições e desentendimentos. O tradutor, conforme explica, é a “única instância humana e racional na ausência de língua comum entre os interlocutores.” (p. 92) e, por isso, se torna objeto determinante

no desdobramento das relações, podendo manipular a comunicação conforme suas intenções, alterando completamente o desfecho das negociações.

Relacionando a tradução simultânea com a dublagem, o autor afirma que, por vezes, muitos tradutores simultâneos optam por simplesmente transmitir o conteúdo do discurso, ignorando seu teor expressivo – de alegria, excitação, desânimo, urgência, ênfase etc. –, o que é diferente da dublagem, a qual é carregada de tom e expressividade.

Aslanov finaliza o capítulo discutindo se existiu uma época sem tradutores. De acordo com o autor, o papel do tradutor/intérprete é, por vezes, excluído das narrativas como se nas histórias prevalecesse uma língua franca, na qual todas as pessoas, independente de suas origens, falam a mesma língua – o mesmo vale para os contos em que humanos interagem com animais. A partir desse questionamento, Aslanov considera que o inglês como língua franca perdurará. Como afirma o professor, mesmo que os Estados Unidos perca sua força econômica e política, fatores puramente linguísticos continuarão amparando seu *status* de língua franca, pois se trata de um idioma de morfologia, sintaxe e léxico mais simples e “adaptado para servir de plataforma de comunicação entre pessoas provindas de vários horizontes linguísticos.” (p. 101)

Ao concluir o texto, o professor enfatiza que o teor manipulador da tradução se dá pela distância que existe entre as línguas, ou seja, cada contexto linguístico se encontra em um universo paralelo aos outros; a vivência empírica de cada língua se difere em graus elevados, o que leva os sujeitos a diferentes formas de assimilação e construção de sentidos. Tudo isso permite que o tradutor, como sujeito mediador entre línguas, a depender de suas intenções, manipule o conteúdo do texto ou do discurso. Além disso, o autor afirma que, por mais que um indivíduo seja criado em contexto bilíngue, sempre terá inclinação e compreensão maior de uma língua devido a fatores variados e, tendo isso em vista, Aslanov questiona a existência de um tradutor ideal que conheça perfeitamente e igualmente ambas as línguas envolvidas no processo tradutório a fim de não manipular o texto ou o discurso. Assim sendo, o autor afirma que a inexistência de uma compreensão absoluta dos referentes e a inexistência de equivalentes exatos entre as línguas faz com que o tradutor precise continuar sua função de dissimular e manipular os textos. Dessa maneira, ao confirmar o caráter manipulador do ofício tradutório, Aslanov afirma que a melhor opção seria não ler traduções. Todavia, como isso é totalmente utópico, por ser impossível ter acesso a todo conhecimento expressos em suas línguas-fonte, o autor aconselha que se leia diferentes traduções da mesma obra para que se tenha maior compreensão do texto como um todo.

É interessante notar o caráter *benjaminiano* do posicionamento do professor. Tais afirmações indicam a busca pela essência do texto, tão estimada e considerada inalcançável para Benjamin. Assim, Aslanov reforça a “tarefa impossível” de se traduzir genuinamente além de enaltecer a dívida que o tradutor possui para com sua tradução. Por se reconhecer como manipulador, o tradutor descrito por Aslanov se assemelha em muito com o sujeito descrito por Benjamin – o qual se encontra eternamente em dívida para com o texto original.

Por fim, o autor compara o processo tradutório com as oscilações das moedas na economia mundial. Conforme Aslanov, assim como o dólar, padrão de referência das moedas, também está sujeito às oscilações do mercado mundial, o caráter proteiforme, variado e instável do texto original resulta na maior labilidade dos textos traduzidos.

Por primar pelo texto de partida ao fazer suas observações, Aslanov preza pela hierarquia do original em relação à tradução, o que, para as vertentes pós-modernas, não é mais considerado discussão primordial. Estas se focam no processo de tradução como um todo, na funcionalidade do texto de chegada para o novo público leitor, no caráter interpretativo do signo linguístico e no tradutor como sujeito ideológico, cultural, social e historicamente construído, que é parte fundamental nesse processo e contribui na construção dos significados dos textos, construção esta que é considerada processo inacabado, pois se modifica a cada nova tradução ou a cada nova leitura.

Todavia, é importante considerar que a manipulação é um fenômeno inerente ao processo tradutório, como enfatiza constantemente o professor Aslanov. Por se tratar de um processo que envolve realidades empíricas completamente distintas, que é o ofício tradutório, o tradutor, muitas vezes, por ser o único mediador entre ambas as línguas, pode manipular, da forma que preferir – e dentro das possibilidades e coerções tanto do contexto sócio histórico de partida, quanto de chegada –, o conteúdo do texto/discurso. Isso fica ainda mais evidente em casos de interpretações simultânea, como Aslanov também discute ao longo do texto.

Em suma, o texto contribui para o campo de Estudos da Tradução por trazer à discussão aspectos inevitáveis à tradução – manipulações referentes à censura, à cultura, à vontade própria do tradutor (sendo esta bem ou mal intencionada) – que são, de certa forma, ignorados por muitos teóricos, principalmente na defesa pela pluralidade das interpretações – estas que, de acordo com o professor, são as grandes responsáveis por abrir brechas para a manipulação.

Mariane Oliveira Caetano  
[MarianeCaetano@hotmail.com](mailto:MarianeCaetano@hotmail.com)

Recebido em: 23/9/2017  
Aceito em: 21/2/2018  
Publicado em Abril de 2018